

## Elementos da paisagem cultural rural do norte de Portugal e alguns de seus reflexos sobre a ocupação do território brasileiro

### Débora Marques de Almeida Nogueira Mortati



Doutoranda em Engenharia Civil, Área de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais. (Labore) Laboratório de Empreendimentos / (FEC) Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo / (Unicamp) Universidade Estadual de Campinas. Arquiteta e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana. São Carlos [SP], Brasil. <deboramortati@gmail.com>.

### André Munhoz de Argollo Ferrão



Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Agrícola, Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor Livre Docente do Departamento de Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Coordenador do Labore / DRH / FEC / Unicamp. Campinas [SP], Brasil. <argollo@fec.unicamp.br>.

---

### Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma visão panorâmica sobre a paisagem, a arquitetura rural e o urbanismo que caracterizam o norte de Portugal, a fim de reconhecer marcos, especificidades e elementos da paisagem cultural portuguesa, a partir de um ponto de vista eminentemente brasileiro. A intenção é identificar na paisagem cultural do norte de Portugal elementos que possam compor um discurso com a formação do território brasileiro baseado na leitura da paisagem.

### Palavras-chave

Portugal, paisagem cultural, território.

## Elements of the rural and cultural landscape of northern Portugal and some of its reflections on the occupation of Brazilian territory

### Abstract

The objective of this work is establish a large view of the landscape, the rural architecture, and the urbanism that characterize the North of Portugal, to recognize landmarks, specificities and elements of the Portuguese cultural landscape by a, predominantly, Brazilian interpretation. The intention is identifies in the cultural landscape of northern Portugal elements that can compose a speech with the formation of the Brazilian territory, reading the landscape.

### Keywords

Portugal, cultural landscape, territory.

## Introdução

Na complexa sociedade atual a compreensão sobre o espaço em que se vive e as relações inter-estabelecidas em diferentes escalas são cada vez mais difíceis. Dessa forma, as questões relativas aos diversos processos de desenvolvimento sócio-econômico que interagem num mesmo espaço assumem um papel crucial na investigação científica sobre as comunidades e os territórios que elas ocupam.

O território brasileiro encontra-se dividido em “regiões agrícolas” e “regiões urbanas”, e não mais “regiões rurais” e “cidades” simplesmente, pois elas se misturam quer nas suas fronteiras, quer nas atividades. “Nas regiões agrícolas é o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano enquanto nas regiões urbanas são as atividades industriais, comerciais e de serviços que assumem esse papel” (SANTOS citado por ARGOLLO FERRÃO, 2007).

Ou nas palavras de Roche (1998):

*[...] o quadro regional encobre a influência de outros níveis da realidade espacial cuja dimensão e função mudaram com o tempo; não leva em conta as diferentes escalas a partir das quais os indivíduos e os grupos se situam em múltiplas relações: é pela parcela, o campo, a propriedade, a quinta, o terreno, a paróquia, que se organiza a vida e se enraíza a dimensão ecológica que apreendemos em vários níveis (ROCHE, 1998. p. 29).*

Essa mescla e simbiose entre urbano e rural leva a refletir os conceitos de desenvolvimento e a relevância do estabelecimento de limites de cada zona como forma de planejamento dos espaços, visando a manutenção do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentado da zona rural.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma visão panorâmica sobre a paisagem, a arquitetura rural e o urbanismo que caracterizam o norte de Portugal, a fim de reconhecer marcos e especificidades que constituem elementos da paisagem cultural portuguesa, a partir de um ponto de vista eminentemente brasileiro.

Não se trata, portanto, de se caracterizar a paisagem cultural do norte de Portugal, mas sim, de explicitar elementos que possam compor um discurso para esse fim, a partir de um enfoque baseado no contexto da realidade existente no território de São Paulo, região Sudeste do Brasil.

Assim, os questionamentos a respeito das fronteiras entre cidade e campo a partir do enfoque sobre a arquitetura rural (aqui entendida no contexto mais amplo dos processos que desenham uma paisagem) permitem que se enxerguem com maior clareza os processos de desenvolvimento regional num mundo cada vez mais urbano, no qual a dependência do rural vem transformando o próprio mundo rural,

num contínuo processo de urbanização do campo. Essas questões serão tratadas a partir de um referencial português.

### **O território ocupado à portuguesa**

Desde as primeiras povoações (da era escrita) do que mais tarde vai se transformar em Portugal, o território era ocupado a partir do cimo do morro ou no máximo, à meia encosta, protegido e escondido pelas montanhas, mas espreitando o rio (e quase sempre o mar) e, no ponto mais alto da zona, o mosteiro.

A estratégia de apropriação do porto natural e o modo de defesa são tipicamente portugueses e em pouco se assemelha à ocupação espanhola da América ou mesmo às Ordenações Filipinas, menos ainda com as estratégias de entrepostos ingleses ou holandeses.

Esse tipo de apropriação do território vai se repetir no Brasil. Por exemplo, Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Belém e outras importantes cidades fundadas pelos portugueses na imensa costa brasileira. A ocupação do território foi feita utilizando a fortificação natural do porto, criando a cidade que não precisa (tanto) de muralhas.

Só em casos em que o território não provia uma muralha natural é que os portugueses muravam suas cidades como no resto da Europa; via de regra preferiam escondê-las sobre morros e fazer um posto avançado de vigia: o forte na foz do rio.

No região sudeste do Brasil, a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, não podia ser mapeada. Porém, a mais secreta e protegida cidade das colônias portuguesas nunca teve muralhas. Até se fala em saídas, portais, mas não eram mais que cancelas vigiadas nas estradas de acesso à cidade.

Enquanto no Brasil, nosso primeiro referencial de ordenação territorial encontra-se no mundo rural e colonial, em Portugal a base está no mundo medieval, para só depois coevoluir para o contexto rural e mais tarde, a cidade. É da evolução do mundo medieval, e sua fragmentação em porções de terra, que terá início a dicotomia rural/urbano no norte de Portugal.



**Figura 1.** Porto visto de Gaia. Foto: Débora Mortati, 2009.



**Figura 2.** As muralhas que se derramam pelas encostas. Vila Nova de Gaia. Foto: Débora Mortati, 2009.

**Figura 3.** Apropriação da muralha pelo casario. Porto. Foto: Débora Mortati, 2009.

Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, disse que a colonização portuguesa do Brasil foi, no mínimo, desleixada, referindo-se ao baixo aproveitamento econômico que o reino tinha de sua abundante colônia, mas atualmente, em tempos de valorização do patrimônio e da paisagem natural, digamos que foi menos impactante.

A apropriação do território a partir do existente, quer no reino ou nas colônias, foi, em última análise, o que manteve um certo equilíbrio ecológico. A ocupação portuguesa foi se “acostumando” aos materiais edificáveis disponíveis, à mão de obra, ao clima e ao vento; e onde foi muito necessário, logicamente implantou seu modo de vida e ocupação, de transformação da paisagem.



**Figura 4** Vista do Porto e o vão entre os morros, onde antes havia um rio e era também a divisão entre as terras do rei, à esquerda, e as muralhas da igreja, à direita. Foto: Débora Mortati, 2009.

Não se trata de amenizar a culpa de portugueses explorando a colônia que sustentou o reino durante séculos, mas de reconhecer que o “desleixo”, citado por

Holanda (1995), acabou por nos ser benéfico do ponto de vista do urbanismo e do meio ambiente.

Sob este ponto de vista, o português colonizador mostra-se revolucionário diante de espanhóis, ingleses e franceses. Não há dizimação de povos, não há cidades exportadas. Quer seja por desleixo ou não, fato é que temos urbanismo e ocupação de território próprios por influência portuguesa.

Analisando de forma mais apurada, vê-se que o português replicou na colônia o modelo de ocupação citadino, não o rural, o de aldeia.

A não ser pelas paliçadas e feitorias, nossas cidades coloniais são feitas a modo de Lisboa ou Porto, não da aldeia, refletem o modo de vida urbano da metrópole. Apesar de Portugal enxergar o Brasil como a sua zona rural, não se preocupou em transformá-la à semelhança da zona rural portuguesa da época. Como a colônia visava somente a exploração, não houve um plano de manejo da produção, nem uma estratégia de apropriação da paisagem.

Os caminhos, os povoamentos, as vilas foram surgindo a partir dos condicionantes da paisagem, como morros, tipos de solos e rios e da vontade dos próprios colonos.

Dessa forma, a tipologia de nossas vilas rurais é muito mais cabocla do que portuguesa. Enquanto a cidade legal brasileira (geralmente as capitais litorâneas) é portuguesa, a cidade espontânea, as vilas e agrupamentos são caboclos; não seguem sequer o padrão de ocupação espontânea português, ainda hoje existente e identificável facilmente nas aldeias.

O nosso rural se fez “à portuguesa” somente nas casas senhoriais; no restante, a ocupação e edificação são mestiças. O senhor português é economicamente grato as nossas taipas e palhas.

Tradicionalmente cita-se as Ordenações Filipinas como base organizacional das cidades brasileiras. Todavia nossos portugueses não respeitaram sequer a malha reticulada; foram se encaixando pelos morros e, se pudesse ser de forma linear, melhor, senão, iam descendo a cidade como terreiros de uva, serpenteando pelos morros.

O urbanismo português aceitou (o já citado “certo desleixo”) o modo vida colonial e assimilou a paisagem já existente, deixando, portanto, amalgamarem-se as culturas da colônia e reino, mesmo quando havia a opção do massacre e arrasamento. Impôs o estabelecimento de cidades e os aparelhos de vigia, governança e tributações; o resto, “correu frouxo”, como disse Holanda (1995).

Portugal acabou levando uma grande vantagem na expansão do seu território americano: o que não conseguiu expandir-se na Europa, conseguiu na América, tomando quase pacificamente o território da Espanha.

As bandeiras e a conseqüente expansão do território brasileiro foram empreitadas de caráter nitidamente português, embora os “portugueses bandeirantes” já estivessem em São Paulo há duas ou três gerações.

De fato, as bandeiras foram sim uma obra portuguesa. Não havia um espíritocaboclo, nacionalista ou libertário. Era sim uma clara opção dos homens bons – portugueses, conquistadores – em busca de riquezas e territórios e os caboclos eram parte concordante na história. Não havia brasileiros nacionalistas, com noção de nação, expansão e libertação de seu território. Eram portugueses em busca de riquezas a serem exploradas, mas que haviam se estabelecido no Brasil.

Dessa forma, pode-se analisar que a expansão territorial brasileira foi uma obra portuguesa, mas com um desenho brasileiro.

### **O “desleixo” na colonização foi propício às nossas cidades**

Os paredões rochosos da paisagem de Portugal podem ser interpretados como uma extensão da muralha; ou, as muralhas serem vistas como o aumento da fortificação natural da paisagem. Todavia essas formações são fundamentais na ocupação do território português e este conceito foi trazido para o Brasil, de forma que pode ser identificado em todas as primeiras cidades erguidas por Portugal no Brasil.

Salvador, Rio de Janeiro, São Vicente, Belém, São Paulo são apropriações tipicamente portuguesas de território. Nos primeiros ordenamentos dessas cidades não há malha reticulada nem Plaza Mayor, mas cidade baixa e cidade alta, portos escondidos na foz do rio, entradas e saídas das cidades que serpenteiam pelos morros, como as cidades portuguesas antes dos Felipes.

Talvez tenha havido um exagero no tamanho da muralha de proteção ao se colocar São Paulo no alto da serra, mas ainda assim, reconhece-se o modo português de implantar cidades.

Na variação de escala de Portugal para o Brasil, é como se Santos fosse a Baixa do Porto, com seus marinheiros, peixeiros, barqueiros, e São Paulo a parte nobre, defendida pelo morro, com o indefectível mosteiro que guarda e vigia a barra, os nobres e as quintas. Dessa forma, a ocupação Santos/São Paulo pode ser vista como um binômio indissolúvel.

A grande muralha que é a Serra do Mar seria uma exponenciação da idéia de defesa portuguesa pelo contraforte natural. Então Santos e São Paulo possuem entre si uma ligação umbilical, sendo uma única ocupação levada à escala monumental, gigantesca, do Brasil. Seriam a Baixa e a Sé do Porto numa escala exacerbada.

No Brasil foi mais difícil achar essa foz de rio rochosa que o português tanto busca para suas cidades, pois temos uma paisagem desenhada pela forte influência do

barro – as barrancas de rio em vez das rochas –, mas o modelo é o mesmo da calha de rio protegida pelos paredões.

Por isso talvez o português não tenha talhado tanto a pedra no Brasil, pois sequer achou a grande rocha para abrigar a cidade. Não havia sentido fazer edificações de pedra se o barro era mais fácil e a mão-de-obra mais adaptada a ele. Porém, todos os edifícios importantes e reinóis, eram sim feitos de pedra, pelo menos na sua estrutura, como eram as muralhas – representações da segurança e fortificação –, os edifícios públicos, representativos do poder de Portugal, e outros edifícios construídos no período colonial.

### **A paisagem rural portuguesa**

No norte de Portugal, a oposição entre o rural e o urbano não pode ser caracterizada como a integração de realidades absolutamente distintas, pois, de acordo com Roche (1997) compõe um contexto que

*[...] joga cada vez mais com a aceleração das trocas e a diferenciação dos costumes urbanos. Há zonas de transição, os arrabaldes e arredores, há inovações citadinas que transpõem as muralhas (ROCHE, 1997. p. 96).*

Os fundamentos naturais da cultura material estão ligados a uma interação constante entre produção e espaço cultivado.

*Esta relação depende de um equilíbrio, variável conforme as regiões, entre três componentes da paisagem: o ager, a sylva e o saltus (ROCHE, 1997. p. 33).*

Apesar da denominação ser dos agrônomos humanistas, elas podem nomear os vetores propostos por Argollo Ferrão (2007) de forma que suas interações e coevoluções reflitam a paisagem.

O ager, ou o terreno cultivado, representa o local das interações humanas, da vida cotidiana, da cultura rural. A sylva, a floresta antiga ou paisagem natural, é a natureza intocada e por isso cada vez acha representação no imaginário, no local ideal, do meio não degradado, principalmente depois que a cidade perde a relação direta com o campo. O saltus é a pastagem, a campina, a transição entre o ager e a sylva e talvez por isso, o meio mais estável na sua condição de paisagem transformada. Esses componentes são complementares.

As aldeias portuguesas são povoamentos de camponeses, que a grosso modo, estavam fora das muralhas medievais. São ajuntamento de pessoas, economicamente dependentes da produção rural. Hoje o mundo rural dos portugueses resume-se à aldeia, aos quintais (nas aldeias) e às grandes zonas vinhateiras.

O contexto rural atual é vivido nas aldeias na medida que não há grandes fazendas ou porções de terra para cultivo. Exceção feita às zonas vinhateiras, que apesar de

não serem latifúndios, possuem uma produção intensificada, principalmente no Alto Douro e Alentejo.

Guardadas as proporções, a aldeia pode ser equiparada à vila rural brasileira ou às pequenas cidades do interior. Porém, o rural em Portugal sempre se refere a uma aldeia; ao contrário do Brasil, onde também pode significar fazendas, grande concentração de riqueza, produção intensa, dependência econômica etc.

O referencial de produção a partir da terra para o português sempre esteve no Brasil e nas colônias.



**Figura 5.** Arcos de Valdevez. Foto: Débora Mortati, 2009.

O mundo medieval e cultura rural, principalmente em Portugal, são intrinsecamente ligados e encarados como conseqüência ou continuidade, no sentido de evolução.

Todavia, o referencial ao mundo rural em Portugal é muito forte e presente até os dias de hoje, pois era um país agrário até pouco tempo atrás. Quando a maioria da Europa já vivia numa economia globalizada, Portugal ainda tinha uma economia mista: rural e industrial, com forte dependência do rural e indústrias voltadas ao processamento da produção rural ou pesca. O país se modernizou há muito pouco tempo para atingir os padrões da União Européia; o que faz com que as pessoas ainda tenham seu patrimônio cultural fortemente atrelado ao rural, ao campo. Cinquenta anos atrás Portugal ainda era um país rural.

Essa forte relação portuguesa em relação ao campo, à vida da aldeia, é somente cultural. Essa economia, esse país rural, não mais existe. O que hoje existe são os quintais das aldeias, utilizados para moradia ou lazer e às vezes uma inexpressiva produção local.

A relação com o patrimônio é afetiva, como coloca Ruskin (2008). O *modus vivendi* aldeão português é quase afetivo também; eles vivenciam o que não existe mais –

como a ruína de Ruskin – a vida na aldeia existe sim, mas quase como o destino que damos aos nossos quintais brasileiros.

No Brasil, somos cidadãos ruralizados porque vivemos em cidades mas dependemos da base econômica rural, vivemos o modelo rural; vivemos da terra. Mas enquanto nosso referencial cotidiano é urbano, nossa economia, nossa raiz é rural. Não vivenciamos o campo, mas vivemos dele; somos rurais na essência.



**Figura 6.** Muralhas do forte de Viana do Castelo. O impacto da ruína ruskiniana, deixada para o turismo. Foto: Débora Mortati, 2009.

A aldeia hoje é o quintal da cidade portuguesa. O final de semana de todo português do norte, os casamentos, batizados ou tudo que tiver verdadeira importância na vida da família, que for ficar para sua história, acontece na aldeia.

Os jovens trabalham na cidade, quase como uma consequência incontornável do destino. Mesmo que as pessoas estejam há duas ou três gerações na cidade, como no Porto, por exemplo, eles ainda têm o referencial na aldeia. O ideal de todo aposentado é comprar uma casa na aldeia e voltar ao seu status de habitante da zona rural, associado à qualidade de vida, à tranquilidade, ao mais perto do paraíso que se pode chegar ainda em vida. Todos sempre têm parentes em alguma aldeia, sempre se fala que veio (no sentido de pertencer) de tal aldeia, sempre se volta para a tal aldeia. É a expressão de sua relação com o tempo vivido e com a memória, ou, dito de outra forma, sua função antropológica, que torna a aldeia o monumento, no sentido que Françoise Choay (2006) lhe atribui.

O referencial é com o campo; em toda casa de campo, isolada no terreno (característica tipicamente rural), há a horta – as indefectíveis “couvertes”, a criação de galinhas, enfim...



**Figura 7.** Douro vinhateiro. A paisagem transformada. Peso da Régua. Foto: Débora Mortati, 2009.

**Figura 8.** Paisagem rural transformada no Douro vinhateiro. Pinhão. Foto: Débora Mortati, 2009

As pessoas se referenciam pelas aldeias de que vieram e não pela cidade grande onde moram e trabalham, numa clara demonstração de um referencial cultural rural.

Na verdade só existe Porto e Lisboa como “cidades grandes”, o que talvez isso seja um problema de escala quando se pensa nos contextos de Brasil e Portugal. Cidades que para o contexto brasileiro seriam consideradas como “muito pequenas”, em Portugal podem ser caracterizadas como centralidades regionais, não pelas suas dimensões, mas pelo ritmo de vida urbano e pela quantidade de serviços que disponibilizam, diferente da aldeia; ou seja, as aldeias se vinculam ao centro regional a que pertencem – a sede do distrito.

O urbanismo de aldeia é muito diferente do das cidades; ao contrário do Brasil, onde a vila rural é uma miniatura da cidade grande. A aldeia não é pensada como a cidade; na verdade é uma vila rural. São aglomerados de casas cortados por uma estrada e que têm uma forte ligação de dependência com a cidade maior próxima.

Não há geometria no arruamento, a casa é isolada no lote. São casas dispostas aos retalhos de lotes, onde se vendiam os quintais conforme as necessidades de ampliação e repartição das famílias, o que gera esse urbanismo de pequenos desmembramentos com arruamentos que são quase internos à gleba. Isso faz que isso não seja um modelo de cidade em escala menor, mas que a aldeia sempre continue com a sua característica de aldeia.

Raramente uma aldeia adquiriu os status de cidade, e quando isso aconteceu foi há séculos atrás. Hoje, pelas leis de urbanismo, proteção ao patrimônio e mesmo pela vontade popular, isso é praticamente impossível.

Não se vive isolado na aldeia, vai-se sempre à cidade. Como se fosse um deslocamento de bairro a bairro. Na aldeia portuguesa é possível desfrutar de todo o conforto da vida moderna. Trata-se de um referencial de moradia e qualidade de vida, como os subúrbios norte-americanos ou nossos condomínios fechados.



**Figura 9.** Procissão do Jesus Morto. Farricocos em Braga. Tradições medievais sobrevivem mesmo em grandes centros urbanos. Braga. Foto: Débora Mortati, 2009.

No norte de Portugal, a aldeia o isolamento, o bucólico, a excelente qualidade de vida sobressaem-se como aspectos intrínsecos à paisagem cultural rural, mas o cotidiano se realiza ao modo de vida urbano, com o qual convivem e aprimoram há pelo menos 300 anos na cidade moderna – invenção europeia.

Não que não haja serviços espalhados pelos aldeamentos; muito pelo contrário, é comum entre um conjunto de aldeias ter um grande supermercado de rede internacional, e por vezes as pessoas das cidades se deslocam em busca dessas lojas específicas que não estão nos grandes centros. Os grandes centros de compra optam por locais distantes das cidades grandes, não por restrições urbanísticas, mas por custos menores.

Os empreendimentos vão se colocando a uma distância do centro pela própria regulação do mercado, não é uma diretriz urbanística, mas regulados pelo próprio mercado e pelo valor e disponibilidade dos lotes.

*As relações entre cidade e o campo continuam porém a ser fundamentais. A cidade é sempre complementar do campo, mas depende dele pelo rendimento e pela população; se dele se distingue, é pela proteção, pelas liberdades e, em geral pela maneira de viver. A casa urbana irá pois distinguir-se em função da força e da velocidade de crescimento dos organismos urbanos e por uma diferenciação espacial progressiva. A pouca altura das casas, a presença de estábulos e estrebarias, a das hortas traduzem no tecido urbano um caráter rural que há de subsistir por muito tempo, sobretudo nas cidades pequenas. Em contrapartida nas metrópoles activas, os antigos rurais, jardineiros, hortelões, lavradores, quando reconstroem o seu lar mandam edificar casas urbanas ao longo das estradas que atravessam o campo fraccionado e reconstituído por terraplanagem(ROCHE, 1997. p. 115).*



**Figura 10.** Alto Douro, a paisagem rural. Régua. Foto: Débora Mortati, 2009.

No norte de Portugal, as cidades não crescem tanto como ocorre no estado de São Paulo, por exemplo. Elas se espalham pelo território, igualando em importância e oportunidades as cidades grandes, pequenas e aldeias; dando um equilíbrio econômico à região.

Por outro lado, o governo provém esses locais com pequenas centralidades, que garantem a qualidade dos serviços essenciais até as mais remotas localidades rurais. As pessoas das cidades entendem esse fato como um dinamismo da cidade que não vai mais se expandir. Então essas aldeias ou pequenas cidades não são uma categoria inferior de cidade, somente possuem outro ritmo de vida – o desejado modo de vida rural.



**Figuras 11 e 12.** Soajo. Sabugueiros. Foto: Débora Mortati, 2009.

Porém, as aldeias vêm se conurbando, o que gera conflitos que devem ser administrados pelo poder público através dos planos de ocupação. O movimento de conurbação das aldeias do norte de Portugal difere do movimento desenfreado de conurbação que se observa no sudeste do Brasil, particularmente no estado de São Paulo. Todavia pode-se dizer que são expressões semelhantes resultantes de

contextos diferentes, o que leva à necessidade de se estabelecerem parâmetros de comparação que permitam identificar aspectos comuns que possam servir de referência mútua para o desenvolvimento sustentado em cada caso.



Figura 13. Mapa do Norte de Portugal. Disponível em: <<http://www.descubraportugal.pt/edicoes/tdp/regional.asp?idcat=36>>.

## Considerações finais

Até hoje é possível ler na paisagem a influência portuguesa na formação do território brasileiro.

É fácil notar nossa maior identificação com o tipo de ocupação territorial do norte de Portugal, de onde veio a maior parte dos imigrantes. Assim, identificam-se mais pontos em comum com a colonização do Brasil e o norte de Portugal.

O modo de vida do norte de Portugal ainda guarda grandes relações com o nosso modo de vida interiorano.

É relevante notar que não há uma grande influência do urbanismo ordenativo no Brasil, pelo menos não nos primeiros tempos.

Mas o que parece um crescimento espontâneo, desordenado, era uma forma portuguesa de gerenciamento do território, que mesmo sendo anterior ao “laissez faire” de Adam Smith era um tanto estratégica.

Apesar da pouca ligação que hoje existe entre Portugal e Brasil, as culturas ainda se encontram próximas em vários pontos e cabe ser analisado sob outros aspectos como a nossa apropriação do território, até hoje um reflexo da colonização.

## Referências

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: IMESP, 2004a. 296 p.il., Prêmio Jabuti'2005 [categoria: Arquitetura e Urbanismo, Arte, Fotografia e Comunicação].

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura rural dentro do contexto dos estudos sobre patrimônio e paisagens culturais**. Barcelona: Departamento de Urbanismo e Ordenação Territorial, ETSAB-UPC, 2004b. 29p. Relatório de pesquisa em nível de pós doutorado.

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. Arquitetura rural e o espaço não-urbano. **Labor & Engenho: Patrimônio Cultural – Engenharia e Arquitetura**. Campinas: CMU-Publicações – GEPCEA – UNICAMP Arte Escrita Editora, nº 1 – 2007. p. 89-108.

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de; FREIRE, Wesley Jorge. **Interdependência entre cidade e campo**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola, 1995, Viçosa-MG. SBEA: nº.95-8-481, 9p.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no Século XIX**. Coleção tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

DONNE, Marcella Delle. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Ana. O Porto e os Portuenses no final do do século XX, ou as relações entre os homens e um ecossistema urbano em entropia acelerada?. In:**Revista da Faculdade de Letras: Geografia**. Vol. VI. Porto, 1990. p. 5 a 62.

MONTEIRO, C. A. de F. A. Interação homem-natureza no futuro da cidade. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo – Rio de Janeiro: Editora Hucitec e União Geográfica Internacional – Comissão Nacional do Brasil, 1995.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

RUSKIN, John. **A lâmpada da Memória**. São Paulo: Artes & Ofícios, 2008.

---

SAMAGALHO, Florbela. Desenvolvimento: uma noção entre o imaginário e a realidade. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, série I, vol. 09. Porto, 1999, p. 103.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço & método**. 3ªed., São Paulo : Hucitec, 1992 [1985].